

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Apresentação | 17 |
| 1. A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA JUSTIÇA DO TRABALHO E A PATENTE OMISSÃO PROCESSUAL DO EXEQUENTE - POSSIBILIDADE DE NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA 114 DO TST | 19 |
| <i>Ana Ialis Baretta e Marcelo Miranda Caetano</i> | |
| 2. (IM) POSSIBILIDADE JURÍDICA DE ALTERAÇÃO DA PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA POR MEIO DE REGRAS PROCESSUAIS..... | 25 |
| <i>Antonio Carlos Ferreira De Souza Júnior e Luiz Henrique Gomes Ferraz Filho</i> | |
| 1. Introdução | 25 |
| 2. Os conceitos jurídico-positivos e os lógico-jurídicos | 26 |
| 3. Prescrição: um conceito positivado pelo sistema jurídico..... | 31 |
| 4. Prescrição no direito civil e no direito tributário: uma análise comparativa | 33 |
| 5. (Im) Possibilidade jurídica de alteração da prescrição tributária por meio de regras processuais..... | 42 |
| 5.1 Aplicação do parágrafo 1º do art. 219 do Código de Processo Civil e o entendimento firmado no Recurso Especial nº 1.120.295 | 42 |
| 5.2 Inaplicabilidade do enunciado nº 106 da Súmula do STJ..... | 46 |
| 5.3 Prescrição Intercorrente na Lei de Execução Fiscal..... | 47 |
| 6. Conclusão..... | 49 |
| 7. Referências..... | 50 |
| 3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRESCRIÇÃO NA FASE DE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA | 53 |
| <i>Beclaute Oliveira Silva</i> | |
| 1. Introdução | 53 |
| 2. Decadência e Prescrição no pensamento de Agnelo Amorim Filho | 54 |
| 3. A contribuição de Agnelo Amorim Filho e a prescrição na fase e cumprimento de sentença..... | 55 |
| 4. Início da fase de cumprimento da sentença..... | 56 |
| 5. Prescrição após a fase de conhecimento | 57 |
| 6. Exegese do art. 475-L, VI, do CPC | 58 |
| 7. Prescrição na impugnação à execução provisória..... | 59 |
| 8. Início do prazo nas decisões judiciais líquidas transitadas em julgado..... | 61 |
| 9. Prescrição intercorrente..... | 62 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 10. Modos de alegação da prescrição | 64 |
| 11. Decisão que acolhe a prescrição e recurso | 64 |
| 12. Conclusão | 65 |
| 13. Referências | 68 |
| 4. DEMANDAS CONTRADITÓRIAS E O SISTEMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... | 69 |
| <i>Bruno Silveira de Oliveira</i> | |
| 1. Convite a um diálogo acadêmico | 69 |
| 2. Síntese do pensamento de Fredie Didier Jr. | 70 |
| 3. Litispendência (conceito jurídico-positivo) vs. 'litispendência' (conceito lógico-jurídico) | 70 |
| 4. Um conceito mais amplo de conexidade | 73 |
| 5. A garantia constitucional da ação (ou "inafastabilidade" do controle jurisdicional) e a preclusão | 74 |
| 6. O efeito da revelia | 76 |
| 7. Objeto litigioso comum e julgamento de demandas contraditórias | 78 |
| 8. O risco de incompatibilidade entre julgados | 80 |
| 9. <i>Contradireitos</i> ou simplesmente direitos? | 83 |
| 10. Referências | 87 |
| 5. SEGURANÇA JURÍDICA E DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO CONTROLE DOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA | 89 |
| <i>Camila Vieira Nunes Moura e Ana Cecília Bezerra de Aguiar</i> | |
| 1. Introdução | 89 |
| 2. O princípio da segurança jurídica..... | 90 |
| 3. A decadência e os efeitos do tempo sobre o direito..... | 92 |
| 4. O Ato Administrativo e sua classificação quanto à formação da vontade | 94 |
| 5. A atuação dos Tribunais de Contas..... | 96 |
| 6. A natureza do registro feito pelo Tribunal de Contas e a decadência do direito de anulação pela Administração | 98 |
| 7. Considerações finais..... | 102 |
| 8. Referências bibliográficas..... | 103 |
| 6. PRESCRIÇÃO E AÇÃO MONITÓRIA FUNDADA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL PRESCRITO | 105 |
| <i>Daniel Gomes de Miranda</i> | |
| 1. Colocação do problema..... | 105 |

| | | |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 2. | Prescrição e decadência no pensamento de Agnelo Amorim Filho..... | 106 |
| 3. | A insuficiência do pensamento de Agnelo Amorim Filho e a prescrição nos procedimentos monitórios fundados em título executivo extrajudicial prescrito | 107 |
| 4. | Considerações finais..... | 111 |
| 7. | QUAL O TEMPO DA PRESCRIÇÃO? UMA ABORDAGEM ZETÉTICA SOBRE A PRESCRIÇÃO E SUA DECISÃO NO DIREITO SUBSTANTIVO E ADJETIVO CIVIL.... | 113 |
| | <i>David Barbosa de Oliveira</i> | |
| 1. | Introdução | 113 |
| 2. | Uma breve contextualização sobre o tempo | 114 |
| 3. | O tempo da prescrição do direito material: o tempo que passa..... | 116 |
| 4. | Heidegger e o tempo da decisão: o tempo em um instante..... | 124 |
| 5. | Conclusão..... | 129 |
| 6. | Referências..... | 131 |
| 8. | A PRESCRIÇÃO SOBRE A PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DE QUANTIA DO SEGURO DPVAT: BREVE ANÁLISE SOBRE O SEU (NÃO) ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES ESPECÍFICAS DO CÓDIGO CIVIL..... | 133 |
| | <i>Diego Carvalho Texeira</i> | |
| 1. | Introdução | 133 |
| 1.1. | Fixação do instituto temporal incidente sobre o objeto examinado..... | 133 |
| 2. | Caracterização e enquadramento jurídico do seguro DPVAT..... | 136 |
| 2.1. | A responsabilidade civil e o seguro dpvat: da (im)possibilidade de manutenção do entendimento do superior tribunal de justiça..... | 137 |
| 3. | A questão do prazo prescricional para requerer o recebimento de valores pelo seguro DPVAT. Há prazo prescricional específico?..... | 141 |
| 4. | Conclusões..... | 144 |
| 5. | Referências..... | 145 |
| 9. | PRESCRIÇÃO E AÇÃO RESCISÓRIA..... | 147 |
| | <i>Fabiano Carvalho</i> | |
| 1. | A homenagem | 147 |
| 2. | Objeto do estudo..... | 147 |
| 3. | Rescindibilidade da decisão que acolhe a prescrição..... | 148 |
| 4. | Decisão que afasta a prescrição: rescindibilidade?..... | 152 |
| 5. | Prescrição como motivo rescisório (art. 485, V, do CPC) | 156 |
| 6. | Conclusões..... | 164 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 10. ARBITRAGEM E PRESCRIÇÃO | 165 |
| <i>Fábio Egashira</i> | |
| 1. Introdução | 165 |
| 2. Instituto da Arbitragem | 165 |
| 3. Instituto da Prescrição | 168 |
| 4. Prescrição e decadência..... | 169 |
| 5. Arguição do instituto da prescrição em sede arbitral..... | 170 |
| 6. Renúncia da prescrição e alteração dos prazos prescricionais | 171 |
| 7. Interrupção da prescrição | 173 |
| 8. A prescrição e a ordem pública | 176 |
| 9. Ação de nulidade e impugnação ao cumprimento de sentença..... | 177 |
| 9.1 O árbitro não enfrenta a matéria da prescrição..... | 177 |
| 9.2 O árbitro enfrenta e decide sobre a prescrição..... | 178 |
| 9.2.1 Impugnação ao cumprimento de sentença apresentada antes do prazo decadencial de 90 dias..... | 180 |
| 9.2.2 Impugnação ao cumprimento de sentença apresentada após o prazo de 90 dias..... | 181 |
| 10. Conclusão..... | 182 |
| 11. Referências bibliográficas..... | 183 |
| | |
| 11. CONTRADIREITOS, OBJETO LITIGIOSO DO PROCESSO E IMPROCEDÊNCIA . | 185 |
| <i>Fredie Didier Jr.</i> | |
| 1. Nota introdutória..... | 185 |
| 2. Generalidades sobre a decisão de improcedência..... | 185 |
| 3. Contradireito: conceito e regime jurídico processual..... | 187 |
| 4. Contradireito e objeto litigioso do processo..... | 189 |
| 5. A improcedência do pedido do autor que resulta do acolhimento do contradireito exercido pelo réu | 191 |
| 6. A decisão que acolhe contradireito dilatatório..... | 192 |
| 7. A decisão que não acolhe a afirmação de contradireito como uma decisão de mérito | 195 |
| | |
| 12. DISTINÇÃO ESSENCIAL ENTRE DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO..... | 197 |
| <i>Hugo de Brito Machado</i> | |
| 1. Introdução | 197 |
| 2. O critério mais frequentemente apontado | 198 |
| 3. A lição de Agnelo Amorim Filho..... | 199 |

| | | |
|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4. | Os artigos 173 e 174 do Código Tributário Nacional..... | 199 |
| 4.1. | Considerações preliminares..... | 199 |
| 4.2. | O direito de constituir o crédito tributário..... | 200 |
| 4.3. | O direito de haver o valor do tributo..... | 201 |
| 5. | Execução fiscal administrativa..... | 201 |
| 13. | AINDA A ALTERAÇÃO NO PRAZO PARA RESTITUIÇÃO DO TRIBUTO PAGO INDEVIDAMENTE (ART. 3.º DA LC 118/2005)..... | 203 |
| | <i>Hugo de Brito Machado Segundo</i> | |
| 1. | Introdução..... | 203 |
| 2. | A recepção dos art. 3.º e 4.º da LC 118/2005 pela jurisprudência..... | 204 |
| 3. | Definida a questão pelo STF, surgem situações peculiares..... | 208 |
| 4. | O novo termo inicial para a propositura de ações judiciais e uma distinção necessária..... | 210 |
| 4.1. | Prazo para propositura de ação anulatória?..... | 210 |
| 4.2. | Compensação como fundamento para a impugnação do lançamento..... | 210 |
| 4.3. | O art. 169 do CTN..... | 212 |
| 5. | Conclusões..... | 215 |
| 14. | PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA: CONCEITOS LÓGICO-JURÍDICOS OU JURÍDICO-POSITIVOS?..... | 217 |
| | <i>Jaldemiro Rodrigues De Ataíde Jr.</i> | |
| 1. | Considerações iniciais..... | 217 |
| 2. | Breve apresentação da teoria de Agnelo Amorim Filho..... | 220 |
| 3. | Análise crítica da tese de Agnelo Amorim Filho..... | 223 |
| 3.1 | Uma primeira crítica ao pensamento de agnelo amorim filho: a desconsideração das ações mandamentais e executivas..... | 224 |
| 3.2 | Uma segunda crítica ao pensamento de agnelo amorim filho: a desconsideração de que a prescrição e a decadência são categorias eficaciais imputáveis aos fatos jurídicos..... | 226 |
| 4. | Conclusões..... | 228 |
| 5. | Referências..... | 229 |
| 15. | PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E A TEORIA QUINÁRIA DA AÇÃO..... | 231 |
| | <i>João Paulo Capelotti</i> | |
| 1. | Introdução..... | 231 |
| 2. | Os critérios de Agnelo Amorim Filho para distinguir prescrição e decadência.... | 233 |
| 3. | A teoria quinária da ação de Pontes de Miranda..... | 237 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4. O conceito de pretensão adotado por Agenlo Amorim Filho, por Pontes de Miranda e pelo atual Código Civil..... | 242 |
| 5. Ações mandamentais e executivas: sujeitas a prescrição ou decadência?..... | 246 |
| 6. Considerações finais..... | 248 |
| 7. Referências bibliográficas..... | 248 |
| 16. A DECADÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA SUAS VARIÁVEIS | 251 |
| <i>José Henrique Mouta Araújo</i> | |
| 1. Introdução | 251 |
| 2. A decadência no mandado de segurança: análise à luz do direito material..... | 252 |
| 3. A decadência no mandado de segurança preventivo, por omissão e nas parcelas de trato sucessivo..... | 257 |
| 17. NUM DOS PÂNTANOS DA PRESCRIÇÃO DO DIREITO DO FISCO: ESFORÇOS CONCEITUAIS EM TEMPOS MUNCHHAUSIANOS | 263 |
| <i>José Pércles Pereira de Sousa</i> | |
| 1. Preliminarmente: duas palavras importantes | 263 |
| 2. Tempos munchhausianos..... | 263 |
| 3. Um olhar sobre o primeiro ciclo | 265 |
| 4. Um olhar sobre o segundo ciclo | 271 |
| 5. O desafio do terceiro ciclo..... | 277 |
| 18. NOTAS SOBRE O DIES A QUO DO PRAZO PRESCRICIONAL | 291 |
| <i>Judith Martins-Costa</i> | |
| 1. Introdução | 291 |
| 2. Conclusão..... | 302 |
| 19. MOMENTOS PROCESSUAIS DA PRESCRIÇÃO | 305 |
| <i>Juvêncio Vasconcelos Viana</i> | |
| 1. Palavras introdutórias..... | 305 |
| 2. A prescrição da exceção..... | 307 |
| 3. Pretensão oriunda de fato aferido no juízo criminal..... | 308 |
| 4. Alegação em qualquer grau de jurisdição..... | 309 |
| 5. Um olhar para o CPC | 309 |
| 6. A interrupção da prescrição..... | 310 |
| 7. Demora imputável à máquina judiciária | 313 |
| 8. O reconhecimento <i>ex officio</i> da prescrição | 314 |
| 9. Pronunciamento em sede cautelar | 316 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 20. A PRESCRIÇÃO E AS PRETENSÕES E AÇÕES FORMULADAS EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA | 319 |
| <i>Leonardo Carneiro da Cunha</i> | |
| 1. A prescrição como encobrimento da eficácia da pretensão e da ação..... | 319 |
| 2. A prescrição em favor da Fazenda Pública | 322 |
| 2.1. Aplicação apenas aos entes que integram o conceito de Fazenda Pública: Súmula 39 do STJ..... | 324 |
| 2.2. Prestações de trato sucessivo: Súmula 85 do STJ | 325 |
| 2.3. “Prescrição” do fundo do direito: casos em que não se aplica a Súmula 85 do STJ..... | 325 |
| 3. Interrupção da prescrição em favor da Fazenda Pública: inteligência da Súmula 383 do STF | 327 |
| 4. Distinção entre prescrição e decadência: noções gerais | 332 |
| 5. Análise, pelo juiz, da prescrição e da decadência em favor da Fazenda Pública ... | 333 |
| 6. Prescrição em ações de indenização propostas em face da Fazenda Pública | 335 |
| 7. Prescrição em execução proposta em face da Fazenda Pública | 340 |
| 21. UM EXPERIMENTO DA PRESCRIÇÃO COMO QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA NO PROCESSO | 343 |
| <i>Márcio Oliveira Rocha</i> | |
| 1. Prólogo e delimitação do <i>paper</i> | 343 |
| 2. Fundamentos teóricos da prescrição..... | 344 |
| 3. Prescrição e Questão de Ordem Pública Processual..... | 348 |
| 4. Considerações finais..... | 350 |
| 5. Referências | 351 |
| 22. UM DIÁLOGO ENTRE AS NORMAS QUE DISCIPLINAM A PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO CC/02 E NO CDC EM MATÉRIA DE VÍCIOS REDIBITÓRIOS | 353 |
| <i>Marcos Ehrhardt Junior</i> 353 | |
| 1. Introdução: por que se devem regular os efeitos jurídicos do decurso do tempo? ... | 353 |
| 2. Prescrição vs. decadência: uma distinção necessária..... | 354 |
| 3. O problema da contagem dos prazos caducificantes no Código Civil vigente..... | 360 |
| 4. Da prescrição e decadência no Código De Defesa Do Consumidor | 364 |
| 5. Conclusão..... | 369 |
| 23. DA PRESCRIÇÃO E OUTROS EQUÍVOCOS EM MATÉRIA DE PROCESSO COLETIVO: AINDA O PRECEDENTE DO STJ EM SEDE DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS | 371 |
| <i>Mateus Costa Pereira e Lucas Buril de Macêdo</i> | |
| 1. Introdução | 371 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 2. As categorias dos direitos coletivos..... | 372 |
| 2.1. O critério tripartite adotado pelo CDC: introdução e exposição..... | 372 |
| 2.2. Crítica à rígida classificação legal..... | 375 |
| 3. Direitos transindividuais e direitos individuais..... | 381 |
| 3.1. Noções gerais..... | 381 |
| 3.2. Direitos individuais homogêneos e ação material coletiva..... | 384 |
| 3.3. Tutela coletiva dos titulares de poupança quanto aos expurgos inflacionários..... | 388 |
| 4. Referências bibliográficas..... | 394 |
| 24. PRESCRIÇÃO, IMPRESCRITIBILIDADE E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: POR UMA LEITURA CONSTITUCIONAL DO ART. 366 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL..... | 397 |
| <i>Nestor Eduardo Araruna Santiago, Alex Xavier Santiago da Silva e Sasha Cruz Monteiro de Almeida</i> | |
| 1. Introdução..... | 397 |
| 2. Prescrição no pensamento de Agnelo Amorim Filho..... | 399 |
| 3. O art. 366 do Código De Processo Penal e a “situação de imprescritibilidade”..... | 401 |
| 4. Afinal de contas, “situação de imprescritibilidade” e “hipótese de imprescritibilidade” são a mesma coisa?..... | 403 |
| 4.1 Do Julgamento do RE 460.971/RS..... | 403 |
| 4.2 Do julgamento do RE 600.851/DF..... | 406 |
| 5. À guisa de conclusão..... | 407 |
| 6. Referências..... | 408 |
| 25. EXCEÇÕES NO DIREITO CIVIL: UM CONCEITO EM BUSCA DE UM AUTOR? | 411 |
| <i>Otavio Luiz Rodrigues Junior</i> | |
| 1. Introdução..... | 411 |
| 2. Conceito e (algumas) espécies de exceções..... | 412 |
| 3. Objeção, defesa e exceção..... | 416 |
| 5. Prescrição e exceção..... | 418 |
| 6. Referências..... | 421 |
| 26. REPERCUSSÃO GERAL E A PRESCRIÇÃO DE AÇÕES NÃO AJUIZADAS | 423 |
| <i>Pedro Henrique Pedrosa Nogueira</i> | |
| 1. Breve consideração inicial..... | 423 |
| 2. Notas sobre a prescrição..... | 423 |
| 3. A interrupção e a suspensão da fluência do prazo prescricional..... | 425 |

4. A repercussão geral e os múltiplos recursos extraordinários fundados em idêntica controvérsia 425
5. Flui o prazo de prescrição para ações não ajuizadas enquanto pendente o recurso extraordinário de causa idêntica com repercussão geral reconhecida?..... 428

27. SOBRE A PRESCRIÇÃO RETROATIVA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO APÓS A LEI N. 12.234/2010 431

Raul Nepomuceno

1. Introdução 431
2. Conceito de prescrição no Direito Penal..... 432
3. Espécies de prescrição penal..... 432
4. A identificação do prazo prescricional da pretensão punitiva..... 434
 - 4.1 Primeiro passo: identificar a pena máxima (abstrata) do crime..... 434
 - 4.2 Segundo passo: a “tabela” do art. 109 do Código Penal..... 435
 - 4.3 Terceiro passo: verificar a idade do agente 436
 - 4.4. Quarto passo: causas de interrupção e causas de suspensão 436
5. A identificação do prazo prescricional da pretensão executória 436
 - 5.1 A base de cálculo é a pena aplicada na sentença, e não a pena máxima abstrata 437
 - 5.2 Acréscimo no prazo prescricional se o condenado for reincidente 437
6. A prescrição intercorrente (ou superveniente) 437
7. A prescrição retroativa 439
8. O que mudou com a lei n. 12.234/10?..... 441
9. Conclusões..... 444
10. Referências..... 444

28. ALGUMAS NOTAS POLÊMICAS ACERCA DO PRAZO DECADENCIAL PARA A ANULAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS ESTABELECIDO PELO ART. 54, DA LEI 9.784/1999..... 445

Ravi Peixoto

1. Introdução 445
2. Da teoria do fato jurídico..... 445
 - 2.1. Das nulidades..... 448
3. O princípio da legalidade e o princípio da autotutela..... 450
 - 3.1. O prazo decadencial do art. 54, da Lei 9.784/1999 453
 - 3.2. Dos requisitos de aplicabilidade do prazo decadencial..... 454
 - 3.2.1. Pertinência com o direito administrativo 454
 - 3.2.2. Atos ampliativos..... 454

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.2.3. Da boa-fé do administrado..... | 455 |
| 3.2.4. Do prazo | 455 |
| 3.3. A relação entre a boa-fé do administrado e o prazo decadencial..... | 458 |
| 3.4. Por uma análise dos efeitos da anulação dos atos administrativos à luz da confiança legítima..... | 459 |
| 3.4.1. A proteção da confiança e a situação dos terceiros de boa-fé..... | 461 |
| 3.4.2. Os efeitos da invalidação do ato administrativo perante o seu destinatário direto | 463 |
| 4. Conclusão | 465 |
| 5. Referências | 466 |
| | |
| 29. UMA GENEALOGIA CIVIL-CONSTITUCIONAL DA PERTENÇA E DO PERTENCIMENTO: O DOMÍNIO E AS TITULARIDADES ENTRE A RAZÃO E A FÉ. | 469 |
| <i>Ricardo Aronne</i> | |
| 1. Atribuindo e Restringindo Fronteiras ao Intramuros do Potestas..... | 469 |
| 2. Existencialidade e Patrimônio Burguês na Genealogia da Propriedade Privada | 471 |
| 3. Direitos Fundamentais sem ‘Clausuras’ | 476 |
| 4. Atual Arquitetura Constitucional Proprietária | 478 |
| 5. Brevíssimo Tópico em Torno da Tópica Proprietária..... | 482 |
| | |
| 30. A PRESCRITIBILIDADE DAS AÇÕES (MATERIAIS) DECLARATÓRIAS: NOTAS À MARGEM DA OBRA DE AGNELO AMORIM FILHO..... | 485 |
| <i>Roberto Paulino de Albuquerque Júnior</i> | |
| 1. Introdução | 485 |
| 2. Sobre a prescrição e a decadência: fundamentos à luz da teoria do fato jurídico.... | 487 |
| 3. O critério distintivo de Agnelo Amorim Filho e o problema da prescritibilidade das ações declaratórias | 492 |
| 4. Considerações finais..... | 495 |
| 5. Referências | 496 |
| | |
| 31. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E PRESCRIÇÃO..... | 499 |
| <i>Rodrigo Barioni</i> | |
| 1. Introdução | 499 |
| 2. Prescrição: conceito e finalidade | 500 |
| 3. Ação civil pública e prescrição..... | 504 |
| 4. Prescrição das obrigações previstas no termo de ajustamento de conduta | 506 |
| 5. Conclusões | 512 |
| 6. Bibliografia..... | 512 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 32. PRESCRIÇÃO: ALGUNS TEMAS PROCESSUAIS A PARTIR DA SUA CÉLULA MATERIAL | 515 |
| <i>Rodrigo Mazzei</i> | |
| 1. A prescrição no Código Civil de 2002 | 515 |
| 1.1 Critério diferenciador com a decadência..... | 516 |
| 1.2 Regras processuais sobre a prescrição no corpo do Código Civil de 2002..... | 518 |
| 2. Do efeito limitado da Lei 11.280/06 frente ao núcleo do instituto (prescrição)..... | 521 |
| 3. Compatibilização entre o artigo 219, § 5º, do CPC com o artigo 191 do Código Civil..... | 522 |
| 4. Prescrição não é matéria de ordem pública..... | 522 |
| 5. Efeitos da reforma nos ditames do artigo 193 do Código Civil..... | 524 |
| 6. Da necessidade de contraditório | 525 |
| 6.1 Da necessidade de intimação do réu ('devedor') | 525 |
| 6.2 Da necessidade de intimação do autor ('credor') | 529 |
| 7. Prescrição intercorrente X § 5º do artigo 219 do CPC..... | 532 |
| 8. Prescrição aquisitiva, § 5º do artigo 219 do CPC, função social da propriedade e o parágrafo único do artigo 2.035 do Código Civil..... | 533 |
| 9. O Projeto de 'novo' Código de Processo Civil e a prescrição | 538 |
| | |
| 33. UMA HOMENAGEM A AGNELO AMORIM FILHO: A PRESCRIÇÃO E A DECADÊNCIA NO DIREITO SOCIETÁRIO | 547 |
| <i>Rodrigo Xavier Leonardo</i> | |
| 1. Introdução | 547 |
| 2. A raiz contratual societária e sua projeção em tema de prescrição e decadência ... | 548 |
| 3. Lineamentos teóricos da prescrição no direito privado brasileiro contemporâneo... | 550 |
| 4. Lineamentos teóricos da decadência no direito privado brasileiro contemporâneo .. | 554 |
| 5. Análise crítica da prescrição e da decadência no direito societário brasileiro..... | 558 |
| 6. A prescrição e a decadência no momento genético societário | 560 |
| 7. O momento funcional, do desenvolvimento da atividade societária..... | 566 |
| 8. o momento final, de extinção das sociedades | 569 |
| 9. Considerações finais..... | 570 |
| 10. Referências bibliográficas..... | 571 |
| | |
| 34. PRESCRIÇÃO: PREJUDICIAL OU PRELIMINAR DE MÉRITO?..... | 575 |
| <i>Sérgio Cabral dos Reis</i> | |
| 1. Introdução | 575 |
| 2. Conceito de cognição judicial | 575 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3. Objeto da cognição judicial..... | 578 |
| 4. Da distinção entre as questões prévias (preliminares e prejudiciais) | 580 |
| 5. Conclusão: da prescrição como preliminar de mérito..... | 588 |
| 6. Referências bibliográficas..... | 589 |
| 35. PRESCRIÇÃO EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA: O ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 106 DA SÚMULA DO STJ À LUZ DA BOA-FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA | 591 |
| <i>Venceslau Tavares Costa Filho e Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas</i> | |
| 1. Os efeitos nocivos do tempo no Direito Tributário brasileiro..... | 591 |
| 2. A prescrição em face da Fazenda Pública..... | 597 |
| 3. As peculiaridades do tratamento dispensado à prescrição, pelo legislador fiscal pátrio, de que não pode se afastar o Poder Judiciário. O âmbito de aplicação do enunciado n. 106 da Súmula do STJ à luz da boa-fé e da segurança jurídica | 603 |
| 4. Síntese conclusiva..... | 608 |
| 5. Referências..... | 609 |
| 36. O TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES FUNDADAS EM ALEGAÇÃO DE ERRO MÉDICO PELO PACIENTE CONSUMIDOR SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ | 613 |
| <i>Vinicius de Negreiros Calado</i> | |
| 1. Introdução | 613 |
| 2. A relação jurídica médico-paciente | 614 |
| 3. Da prescrição do fato do serviço médico..... | 625 |
| 4. Critérios metodológicos da seleção do <i>corpus</i> e sua análise..... | 627 |
| 5. Considerações finais | 633 |
| 6. Referências..... | 633 |